

Associações e desenvolvimento rural na Amazônia Oriental

Dra. Edma Silva Moreira
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Campus de Marabá
Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins- FCSAT

Resumo:

Este artigo reflete sobre a contribuição das associações rurais para o desenvolvimento local, no Sudeste do Pará. Essa região recebeu fluxos migratórios de trabalhadores rurais desde os anos 1970, quando o Estado brasileiro implanta ali projetos de desenvolvimento. Resultados dessa investida é a expulsão dos mesmos de suas terras. Desde então, os trabalhadores rurais lutam pela terra, saúde, moradia, educação e desenvolvem formas de solidariedade, comunitárias e de vizinhança que contribuem para sua organização política e criação de associações para obtenção de crédito. O resultado da pesquisa, desenvolvida entre 2008-2011, indica que essas associações apresentam limites políticos para o desenvolvimento local num contexto social de violência contra as condições de existência dos trabalhadores rurais.

Palavas-chaves: Associações Rurais, Amazônia Oriental, Desenvolvimento Local

1- Introdução

O propósito deste artigo é refletir sobre a contribuição das associações rurais ao desenvolvimento rural do Sudeste do Pará¹, especificamente no município de Marabá, onde se realizou o projeto “Associações rurais na Amazônia Oriental: repercussões da institucionalização da ação coletiva”². Esta municipalidade, assim como outras na região, recebeu fluxos migratórios desde os anos de 1970, quando suas áreas eram cobertas de mata, principalmente de castanhais.

Dados quantitativos da pesquisa indicam que 80,5% dos associados entrevistados, em Marabá, tem origem fora do estado do Pará, sobretudo do nordeste brasileiro, enquanto apenas 7,3% são paraenses. Esses migrantes construíram, num processo de longa duração, diversas identidades: posseiros, sem-terra, trabalhadores rurais, assentados...Aqui, os identifico como trabalhadores rurais, atores sociais que se afirmam enquanto classe que, desde essas décadas, mantém uma luta contra os latifundiários, nessa época, os donos de castanhais, os quais se constituíam numa oligarquia cujo poder era viabilizado através de formas políticas paternalistas e clientelistas (Picard, 1994; Petit, 2003)³.

Atualmente, os trabalhadores rurais disputam o território do sudeste paraense com os proprietários de grandes investimentos de exploração mineral, como a Vale⁴, e do agronegócio. Novos atores sociais que, com o apoio do Estado brasileiro, exploram os recursos naturais, ocupam enormes áreas para plantação e criação de gado em detrimento da expulsão dos trabalhadores rurais de suas áreas de produção e reprodução de vida.

É nesse contexto, da fronteira agromineral, que o associativismo camponês tem sido construído, marcado pela luta pela terra, ou seja, pelo conflito permanente entre atores sociais antagonicos.

O trabalho se estrutura em quatro eixos de reflexão. No primeiro trato das bases teórico-metodológicas do tema, seguindo da descrição do contexto regional e local da pesquisa, desenvolvida a partir de questionários com associados e diretores de associações e da observação. 82 Associados foram pesquisados em 33 associações. No terceiro, reflito sobre a relação entre o associativismo e o desenvolvimento rural.

Nas considerações finais analiso sobre os limites que as associações enfrentam para o desenvolvimento local, num contexto social, político e econômico marcado por uma intensa violência contra as condições de existência dos trabalhadores rurais e, onde ao mesmo tempo, esses atores sociais se reproduzem a partir de um processo associativo, não derivado das associações rurais, mas para além dela. Esse processo tem sido fundamental na afirmação de um desenvolvimento que considere os trabalhadores rurais como atores sociais relevantes na construção social e econômica do território do sudeste paraense.

2- Associações e associativismo, uma breve digressão⁵

De maneira geral, ao se reportar a palavra associação imediatamente se pode pensar em uma forma de agregação de pessoas com vistas a objetivos comuns a ser alcançado, preferencialmente, pela harmonia, consenso positivo entre os sujeitos nela envolvidos. O conflito e a disputa de interesses, nestes casos, não são considerados. No âmbito jurídico, a associação é uma categoria jurídica formal através das quais pessoas se juntam, para realização de objetivos comuns de cidadãos em torno de um estatuto registrado em cartório, inclusive, com custo financeiro e um arranjo burocrático complexo. Para os trabalhadores rurais, por exemplo, este arranjo nem sempre é possível se realizar dada as exigências do sistema bancário. É dessa forma jurídica que, frequentemente, o associativismo é formulado, apreendido.

A criação e o funcionamento de uma associação, como um grupo eminentemente social não pode ser apenas considerado pelo pesquisador como simples fato voluntário ou como uma agregação de números de pessoas. Como outros grupos sociais, as associações merecem ser observadas a partir de seus contextos sociais e políticos, posto que é ele quem lhe dá ou não vida, lhe revela.

Associação, entretanto, não se quer um simples contrato jurídico entre pessoas, mas, sim, uma inter-relação delas e, idealmente, uma comunidade como a tem teorizado a sociologia, desde sua origem a partir de diversas perspectivas analíticas: Comte (1983), Marx (1980), Durkheim (1995), Weber (1999) e, particularmente, Simmel ao qual se refere perfeitamente Nisbet (1984, p.127).

No tratamento da teoria sociológica clássica, podemos destacar que essas compreensões se justificam a partir de categorias como consenso, harmonia, integração, coesão e hierarquia, sobretudo por Emile Durkheim ao analisar o processo de mudança na sociedade industrial europeia por meio da passagem da solidariedade mecânica para a orgânica e, ainda, por defender a necessidade de uma coesão social na sociedade industrial contra a sua desintegração social. O autor reflete, nesse sentido, sobre uma forma de integração social por meio de um processo de mudança cuja solidariedade orgânica a garanta. Associações profissionais, crescentemente presente na divisão social do trabalho, contribuiriam para a coesão social, pois ela se apresenta a partir de relações positivas, com certo compromisso mútuo e com cooperação entre seus membros (Durkheim, 1995).

Na interpretação da sociologia do conflito, com o método materialista e dialético, contradição, relações de poder e burocráticas, conflitualidades são questões inerentes da sociedade capitalista, e, também, podem explicar a associação e o associativismo. Aqui, ambas as categorias ganham outras dimensões para além daquela com vistas à coesão social da sociedade industrial. Na análise marxista a realidade social é apreendida a partir da teoria das classes sociais, burguesia e proletariado, em permanente disputa e contradição no modo de produção capitalista. Nesta perspectiva a associação e o associativismo serão socialmente determinados pelas condições reais de vida da classe proletária, será a partir dessa condição que a consciência de classe se construirá (Lowy, 2009).

Relações de poder e burocráticas são intrínsecas aos contextos socialmente determinados, fazem parte da construção associativa, inclusive, tornando as ações sociais dos agentes sociais disciplinadas e racionalmente calculadas (Weber, 1999). Os interesses ou os desinteresses dos diversos atores sociais respondem, também, a essa racionalização burocratizada como retrata um assentado: “na associação é

muita coisa, muita reunião. Os técnicos fala prá gente ir lá, no banco, chega lá é, nós faze muita coisa, volta aqui o presidente fala para nós mais coisa, é muito tempo que não pode, por causa da roça” (Entrevistado A, 2010). Vale ressaltar que essa posição, se coloca, ainda, contra as determinações externas, como aquelas burocráticas do sistema bancário que estrutura os financiamentos creditícios para a agricultura familiar, mas que não são de fácil apreensão para os trabalhadores rurais.

A interpretação sociológica do conflito e considerando os elementos da continuidade e da descontinuidade histórica, não desconsidera, entretanto, que o associativismo, apresente um processo efetivo e concreto de sociabilidade, construída e reconstruída permanentemente, no cotidiano da vida social, entre os atores sociais com vistas a sua produção e reprodução social ativa (Martins, 2000).

No contexto de reprodução ativa a categoria sociabilidade ganha ainda mais sentido quando compreendida como elemento que dá qualidade ao tecido social, este que é conflituoso e determinadamente contraditório (Ibid.). A sociabilidade como forma e conteúdo do tecido social estrutura a as relações sociais internas dos grupos sociais.

Por este ângulo de análise cabe aqui sublinhar que no caso dos assentamentos rurais do sudeste paraense, principalmente, da região de Marabá, a luta pela terra é resultado das disputas entre os trabalhadores rurais e os latifundiários. É em meio a essa luta que se verifica o fortalecimento do processo de sociabilidade, do associativismo dos primeiros; nessa permanente disputa eles tem tido uma posição contra a imposição de um modelo de desenvolvimento voltado apenas para o crescimento econômico, do mercado, posto que ao longo desse processo eles tem construído seu projetos de desenvolvimento considerando não apenas a base econômica, mas relacionando-a com outros aspectos da vida social, como declara um trabalhador rural “Desde 1988 estamos, mais de vinte anos, que não queremos apenas crédito, queremos educação, melhores estradas, da ponte, energia, queremos melhoria de outras coisas, nossas reunião já é para outra coisa, não só para dinheiro (Entrevistado A, 2010)”.

O projeto que tem sido construído pelos trabalhadores rurais, assim, não privilegia o modelo institucionalizado do mercado moderno sobre o conteúdo institucionalizado da vida social nos assentamentos com toda sua complexidade contraditória e para longe de ser homogênea.

3- A luta dos trabalhadores rurais do sudeste paraense por terra e a construção de um associativismo

Nos anos de 1970 a Amazônia torna-se o espaço privilegiado para a implantação dos projetos de desenvolvimento do Governo Federal, se concretizando com o controle e acesso da exploração dos recursos naturais. O fator marcante dessa investida foi a expulsão de trabalhadores rurais de suas terras e a destruição ambiental, mas, também e, contraditório, o aumento da economia, sobretudo mineral do país (Hall, 1991).

Desde esses anos os trabalhadores rurais da Amazônia encontraram em entidades como a Igreja e a Comissão Pastoral dos Trabalhadores o apoio para sua luta pela terra e acesso aos recursos naturais. Uma luta voltada às suas condições totais de vida, isto quer dizer, por terra, saúde, moradia e educação. É assim que Hebéte (2004) destaca que juntamente com essas instituições, como trata Leroy (1999) para o caso de Santarém, os trabalhadores rurais tiveram o apoio à suas organizações, onde diferentes interesses estão em jogo. Em outro artigo, esse autor revela como formas de solidariedade, comunitárias e de vizinhança contribuem para a organização política e profissional dos camponeses e, inclusive, para a emergência de um neocampesinato (Hébette, 2002). Um campesinato não mais submetido aos latifundiários, mas com autonomia política e ideológica. É nessa perspectiva que Assis (2007) reflete sobre a construção de uma hegemonia de representação dos trabalhadores rurais.

Ao longo das últimas três décadas os trabalhadores rurais construíram diversas organizações no sudeste paraense com o objetivo de encaminhar seus projetos de produção e reprodução social, econômica e ambiental contra o domínio econômico e político dos latifundiários da região. Criaram

Caixas Agrícolas, Cooperativas, Associações, Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura (FETAGRI), Fundação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins-Araguaia (FATA), Federação da Agricultura Familiar (FETRAF) e, ainda, se empenharam na apropriação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Hébette, 2004; ASSIS, 2007);

Nesse processo a morfologia social do campo no sudeste paraense tem-se profundamente transformado, sobretudo a partir dos anos 1990, quando se acirrou os conflitos de terras, a expansão e instalação de novos projetos desenvolvimentistas na região, sobretudo os a partir da Vale.

Em 1996, com o massacre de trabalhadores rurais de Eldorado do Carajás, o Incra criou muitos Projetos de Assentamentos com o objetivo de colocar em prática seu projeto de reforma agrária. Nessa região de fronteira agromineral, para onde chega pessoas diariamente em busca de uma vida melhor, entretanto, a luta pela terra permanece como utopia de uma sociedade menos desigual e excludente, mesmo se verificando que alguns assentados saíram de seus lotes, outros incorporaram a seu lote o de terceiros, outros o entregaram ou venderam. Um processo de compra, venda ou troca que na, maioria das vezes, contou com a conivência de funcionários públicos do INCRA (Entrevistado D, 2009). Essa dinâmica de venda e compra de lotes facilitou o estabelecimento, em PAs, de pequenas Chácaras de proprietários da cidade que ali se refugiam nos finais de semanas. Essa dinâmica territorial não é linear!⁶

É nesse *lócus*, ainda, que se evidencia a criação e, muito rápida, expansão de associações rurais, sobretudo a partir dos anos de 1990, sob o estímulo de dirigentes sindicais rurais e, também, do incentivo e/ou pressão do estado brasileiro para financiamento de crédito. Desse processo resultou, a criação de uma Central de Associações no sudeste paraense (Fetraf, 2010; Assis, 2007). No Pará, a criação de associações rurais remete-se ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, ainda no período da ditadura militar (1960- 1985), quando tanto o Estado quanto os políticos conservadores induziram sua criação, como forma de inserção dos trabalhadores rurais ao mercado e, também, de controle das organizações de base com a desmobilização de seus sindicatos que vinham lutando para sua autonomia política e econômica (Hébette, 2004, Assis, 2007, Guerra, 1988, 2004, Carvalho, 1998).

O que se poderia dizer, especificamente das associações pesquisadas, é que elas apresentam duas dimensões, de um lado elas assumem uma posição voltada para o mercado, com objetivo de crédito bancário que, inclusive, se constituiu em bandeira de luta dos trabalhadores rurais. Esse é o caso, sobretudo, das associações induzidas pelo governo. De outro lado, e dependendo dos jogos de interesses que a permitiram serem construídas, elas adotam a posição que transcende o objetivo do mercado como declara outro trabalhador rural “não estamos naquela orientação da ganância de projetos, mas na questão mais social (Entrevistado B, 2010). E o que seria esse social? A compreensão do projeto que eles tem construído, acima referido. Em outros termos, é considerar a visa social em sua totalidade. Talvez, aí, esteja uma explicação para o desconhecimento das regras burocráticas de funcionamento das associações, pois para muitos o importante não são essas regras estabelecidas, mas em o que a entidade poderá contribuir para o encaminhamento prático no cotidiano da vida.

Entre as associações entrevistadas a pesquisa revelou que 53% do total de associados entrevistados constituem-se do sexo masculino mantendo a ideia, histórica, que o universo de representação do camponês é dominado por homens. Vale ressaltar que, esse contexto vem se modificando, pois a porcentagem do sexo feminino foi de 43,6%.

Estudos indicam que a participação da mulher ganhou relevância a partir de 1980 quando elas assumem a liderança de entidades do movimento social, participam de diversos encontros, fazem formação políticas, lideram trabalhos em mutirões; elas sempre estiveram presente na luta pela terra, apesar de seu papel ser considerado ao espaço da casa, como afirma Petra (1999) ao analisar o caso da participação de mulheres nas lutas sociais na América latina. Sua participação tem sido decisiva também nos espaços produtivos da pesca em áreas costeiras como referem-se (Maneschy & Almeida, 2002).

Dentre esses entrevistados verificou-se que 28% dos associados são idosos contra apenas 4,9%, de jovens, evidenciando as dificuldades que essas entidades têm em aglutinar esse público que será, no futuro, os responsáveis pelos empreendimentos desenvolvidos, hoje, por seus pais, mães e avós nos lotes nos PAs. A ausência dos jovens nas associações é um indicativo relevante para futuras pesquisas. Há que considerar, entretanto, que este dado temporal tem relação com o processo de imigração que se dirigiu para o Pará, principalmente do Nordeste brasileiro. Seria interessante ver se a cultura desses “de fora” que se fixaram no município de Marabá justifica uma espécie de hierarquia e de poder nas decisões na associação. Outro dado que reforça essa porcentagem é o fato que os líderes mais idosos estão a mais de 10 anos a frente da entidade como indica os 31,6% que permanecem na liderança durante uma faixa de mais de 10 anos, contra 26,3% que estão na liderança da entidade a pelo menos dois anos, uma categoria social bastante estável na entidade e, principalmente, constituída por homens. Sem dúvida um estudo mais detalhado sobre relações de gêneros na construção do associativismo nessa região poderá desvelar uma realidade não tratada neste trabalho.

Concluindo, há então um quadro de Diretores de associações que são, em geral, homens, idosos e permanecendo um longo tempo numa Diretoria. Um quadro que sugere falta de renovação das Diretorias, sobretudo por mais jovens. Por outro lado isso demonstra que essa categoria de liderança, está bem inserida no ambiente local? Como se sabe, a escolha de candidatos e sua eleição para a direção de entidades representativas de grupos sociais depende das relações e dos jogos de interesses que esses matem no local e extra-local. Desses 41,5% justificam sua “migração” obedecendo à motivação “acesso a terra ou a casa de destino”, eis o sentido que assume o associativismo no sudeste paraense.

A luta pela terra é, também, a disputa por modelos de desenvolvimento social, econômico e ambiental diferenciados. No primeiro caso porque, do lado dos donos do capital, a defesa do agronegócio, da mineração e da agropecuária ganha materialidade com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e com a destruição dos recursos naturais e sobre a determinação do individualismo na intervenção sobre a natureza. No segundo caso, dos trabalhadores rurais, essa luta tem sido, na minha reflexão, a afirmação de uma relação intrínseca com a natureza e de forma coletiva, já que é nela que esse grupo social encontra os bens necessários a sua existência (Hébette, 2004; Michelotti, Ribeiro & Florêncio, 2006).

4- Associativismo e associações nos assentamentos rurais e o desenvolvimento local

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária, instituição brasileira responsável pelos Projetos de Assentamento Rurais, administra 495 assentamentos no sudeste do Pará. O município de Marabá conta com 77 assentamentos com um total de 6.841 famílias (Inkra, 2011). Se o associativismo tem sido construído com o conjunto das entidades acima destacadas, como acima referido, o que dizer, especificamente, desse processo a partir das associações jurídicas criadas nos anos de 1990?

Inicialmente, em cada um dos PAs há pelo menos uma associação juridicamente estabelecida. Tem sido por elas que os trabalhadores rurais têm obtido financiamento bancário para sua produção familiar. No geral, o número de associados em cada uma delas varia muito, dependendo do número de assentados ou de outros membros que não habitam no PA, pois a maioria das associações não restringem seus sócios aos habitantes do assentamento, podendo fazer parte delas aqueles parentes que, de alguma forma, mantém ligação com o PA. Assim, há uma elasticidade na definição de quem pode ser sócio da associação.

Segundo informações obtidas durante a pesquisa, esse aspecto se apresenta de mão dupla, pois, por um lado, amplia o direito à participação na associação, e, por outro, cria uma maior competição interna a medida que os que não habitam no PA, tem o poder de decisão, de voto. Talvez, tenhamos,

aqui, elementos explicativos para a declaração de uma liderança do PA Burgo, em 2009, ao afirmar “Quando se falam de associação e assentamento se está falando de um bocado de problemas”. Também, como referido acima elas podem existir no assentamento, mas não representar os interesses ali existentes, como descreve Carvalho (1998, p.13) “Esse processo de agrupar as famílias de trabalhadores rurais, a partir da vertente oficial e dominante, deu-se à margem da dinâmica interna dos grupos sociais porventura presentes nas áreas oficiais de reforma agrária”.

Para um trabalhador do PA Alegria (2009) “As nossas associações só tem o objetivo de brigar com o INCRA, não tem outro objetivo próprio”, declaração que se volta a uma visão de que a associação deveria responder a outros objetivos, mas que na verdade, se colocá-la no contexto conflituoso de luta pela terra, se verá que ela persegue seu objetivo, pois é com e pelo o governo federal, com suas instituições, que a reforma agrária deverá ser efetivada. Isso demonstra o quanto é complexa a realidade nos assentamentos e que a associação, mesmo que induzida pelo Estado pode refletir essa complexidade; nela todos os problemas locais ocorrem como os desentendimento entre famílias, atrelamento à partidos, desvio de recursos financeiros, desmobilização, favorecimentos a bens de consumo ou políticos etc...

Não é possível assim, compreendê-la deslocada da realidade social, apesar de sua condição que, em alguns casos, é completamente desligada da vida social onde ela se encontra. Do mesmo modo que não é possível compreender o associativismo apenas como derivação de associação, eis que ele está no contexto social; a morfologia social é que o explica.

A associação como uma instituição induzida de fora geralmente tem sido desprezada em favor da construção de uma cooperativa, sobretudo se seu objetivo for apenas para responder ao mercado, como remarca uma liderança do PA Alegria “Queremos transformar a associação em uma cooperativa. O assentamento tem que responder ao mercado porque nosso lote é como uma empresa temos que colocar nosso produto para vender” (Entrevistado C, 2010). Mas, essa posição não é homogênea entre os trabalhadores rurais dos PAs, e dependendo da situação, dos jogos de interesses essa entidade pode ser reelaborada pelos trabalhadores rurais em favor dos interesses locais.

E porque abordo o associativismo como resultado da luta pela terra, relacionando-o a uma expressão muito referida atualmente, a de desenvolvimento rural local? Destacaria inicialmente o fato que, à diferença do regional ou do nacional, o local – como um assentamento ou um agrupamento de assentamentos – é precisamente um espaço socialmente determinado que favorecesse o melhor encontro espontâneo dos diversos grupos sociais, onde as atividades profissionais cotidianas exigem o apoio da família, de vizinhos e, até, de um trabalho pago. Esse universo é constituído de diversas formas solidárias de trabalho, como por exemplos o mutirão, a matula, as festas religiosas ou civis, práticas locais presente nos assentamentos⁷.

As práticas sociais locais são elementos fecundos para a compreensão das dinâmicas internas nos assentamentos, seus conflitos, jogos de disputas, solidariedades e tomadas de decisão para o PA, mesmo que essas não sejam compartilhadas e consentidas por todos, como declara uma liderança “temo aqui é pra lutar e outros aqui que não estão nem ai” (Entrevistado C, 2009).

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais o desenvolvimento rural local deveria refletir seus interesses, mas deve-se reconhecer, também, que outras forças existentes agem externamente para eles, não correspondendo exatamente aos seus anseios, como interroga um trabalhador rural do PA Piquiá “Nós temo que seguir a regra da Sagri, mesmo definindo aqui outra coisa?” sobre a situação da distribuição de semente de arroz por essa secretaria, quando eles haviam definido que queriam plantar milho.

A vertente teórico-prática do desenvolvimento local enfatiza que os espaços socioterritoriais constroem estratégias competitivas em sua relação com o mercado, uma interpretação constituída dentro dos marcos da economia moderna, onde o mercado é visto como o objetivo fim da produção (Trusen, 2002). Foi com esse princípio que as associações induzidas pelo Estado foram criadas. Nessa

perspectiva, os grupos sociais que estão fora da lógica do mercado moderno não estariam contribuindo ao desenvolvimento local, pois não estariam voltadas ao empreendimento competitivo necessário para estar no mercado e jogar seu jogo.

Em uma região de fronteira como a analisada neste trabalho, o mercado não se constitui como o objetivo fim, dada as condições sociais ainda precárias de existência nos assentamentos, acima referida. Mas, pode o local, o assentamento, ser o ponto de partida para a construção de um processo produtivo e econômico inovador no sentido de reconhecimento dos valores sociais, culturais e ambientais numa economia participativa, onde os atores locais decidam sobre suas bases econômicas e não sejam forçados a aceitar as determinações das instituições governamentais e privadas. Para Leroy (1998) os territórios locais, com suas dinâmicas próprias, se desenvolvem mesmo a margem das economias globalizadas, uma vez que estas não conseguem absorvê-los, dado que o movimento local ocorre a partir de relações sociais e conectadas aos territórios de produção e reprodução de vida, dimensão nem é sempre considerada nas economias planificadas.

Não é possível pensar, portanto, os assentamentos rurais e o mercado sem considerar a construção dos territórios socioambientais por atores locais. É nele que os atores sociais fazem e refazem suas vidas, seus cotidianos. O desenvolvimento local que não considera essa dinâmica é rejeitado pelos atores locais. As instituições deveriam reconhecer esse elemento em seus planejamentos. Pensar no desenvolvimento local é, também, pensar na capacidade de envolvimento dos atores locais, com suas lógicas e seus projetos, que no caso em epígrafe ainda centra-se na luta pela terra.

4- Considerações finais

A relação entre associações, associativismo e o desenvolvimento local, a partir dos Projetos de Assentamentos da região de Marabá, um local com uma estrutura social complexa e de constituição de espaços e de projetos de vidas, demonstra que há necessidade de participação dos atores sociais nos espaços de construção e nas tomadas de decisões, também na construção de estratégias locais.

Estes espaços estão sendo construindo na luta pela terra desde os anos de 1970. As associações rurais, nesse contexto, podem configurar-se como espaço de participação ou não, pois dependerá se sua inserção no contexto local, ou melhor, de sua interface com o tecido social onde se encontra.

A reflexão do contexto social, da construção dos espaços socioterritoriais pelos e a partir dos atores sociais, é fundamental para o entendimento do processo de construção do associativismo que, nos assentamentos do município de Marabá, está para além das associações, sobretudo para aquelas cujo formato jurídico, burocrático se volta apenas para o mercado moderno.

A pesquisa realizada demonstra que, nos casos de associações induzidas de fora dos assentamentos, como no caso daquelas criadas apenas com o fim de obtenção de crédito bancário, não representam, ou não respondem, imediatamente, aos interesses locais dos seus associados, ou melhor, eles não as têm como um instrumento através do qual se possa promover o desenvolvimento local. Esse quadro, entretanto, pode ser modificado a medida que elas sejam envolvidas na trama local, fazendo parte do jogo de interesses locais e extra-locais.

5- Referências

ASSIS, W. S. de. (2007). A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. **Tese**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 242 fs.

MANESCHY, M. C. & ALMEIDA, M. P. (2002). Tornar-se pescadoras: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B; MANESCHY, M. C (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA. 47-82

CARVALHO, H. M. de. (1998). **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Brasília: IICA; NEAD.

COMTE, A. (1983). **Sociologia**. Florestan Fernandes / Evaristo de Moraes. São Paulo: Ática.

DURKHEIM, E. (1995). **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR (2010).

GUERRA, G. A. D. (1988). **Das associações de Lavradores aos Sindicatos de Lavradores**. Trabalho apresentado no IV Encontro Regional do PIPSA. (mimeo).

_____. (2001). **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará**.

Belém: UFPA/NAEA. 170 p.

HALL, A. L. (1991). **Amazônia desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

HÉBETTE, J. (2004b). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA. vol. II

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2011

LEROY, J. P. (1991). Uma Chama na Amazônia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE.

_____. (1998). Entrevista Jean-Pierre Leroy. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, FASE (77): 33-41, Jun/Ago.

LOWY, M. (2009). **As Aventuras de Karl Marx contra o Barrão Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora.

MARTINS, J. (2000). **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec.

MARX, K. (1980). **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira.

MICHELOTTI, F., RIBEIRO, B & FLORÊNCIO, S. R. (2006). A re-existência camponesa na construção do território do sudeste paraense (1995-2004). In: MONTEIRO, D. M. C; MONTEIRO, M. de A. **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**.

PETRAS, J. (1999). **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã.

PETIT, P. (2003). **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Ed. Paka-Tatu.

PICARD, J. (1994). O clientelismo nas colônias agrícolas do sudeste do Pará. In: D'INCAO, M. Â & SILVEIRA, I. M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 279-300.

TRUSEN, C. (2002). Desenvolvimento local integrado. Uma introdução conceitual e metodológica. In: Secretaria Executiva de Agricultura. **Planejando o desenvolvimento local: conceitos, metodologias e experiências**, Belém: PRORENDA RURAL.

WEBER, M. (1999). **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

¹ Segundos as informações em site oficial do estado do Pará, o sudeste paraense ostenta poder econômico, inclusive em relação a outras regiões do Brasil, pelo potencial mineral, exportado para todo o mundo. (www.pa.gov.br).

² O projeto foi desenvolvido nos municípios de Porto de Moz, Altamira, Bragança e Marabá, pelo grupo EPAR, da UFPa, do qual a autora faz parte.

³ Segundo Petit (2003, p.222) “Utilizo o conceito de oligarquia, que etimologicamente significa governo de poucos, para definir o grupo de famílias detentoras de grandes propriedades de terra cuja hegemonia política é exercida, nos seus respectivos territórios de atuação (regional/estadual/local)”.

⁴ A Companhia Vale do Rio Doce, hoje conhecida como Vale, foi criada em 1942 e atua na Amazônia desde a década de 1970 explorando os minérios da Floresta do Carajás (Hall, 1991).

⁵ Segundo o Dicionário Aurélio na literatura, digressão, “recurso literário utilizado com o fim de esclarece ou criticar o assunto em questão”, é neste sentido que o destaque nesse trabalho.

⁶ Em trabalho de campo (2009-2010) constatamos a existências dessas propriedades ao lado de lotes de trabalhadores rurais.

⁷ A matula tem sido uma forma de cooperação, sociabilidade entre os assentando. Para alguns ela tem sido realizada menos na região devido à diminuição de gado entre eles (Entrevistado D, 2009).